



Antíteses

ISSN: 1984-3356

antiteses@uel.br

Universidade Estadual de Londrina

Brasil

Love, Joseph L.
Aspectos internacionais da Revolta da Chibata
Antíteses, vol. 3, diciembre, 2010, pp. 39-51
Universidade Estadual de Londrina
Londrina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193319813005>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Aspectos internacionais da Revolta da Chibata

International aspects of Revolt of the Whip

*Joseph L. Love**

RESUMO

Este artigo trata de quatro diferentes dimensões internacionais da Revolta da Chibata: 1) A viagem do encouraçado São Paulo a Lisboa – que trazia a bordo o presidente Hermes da Fonseca - durante a qual a monarquia portuguesa foi destituída, constituindo um modelo para os marinheiros brasileiros; 2) A recepção e a interpretação da revolta pela imprensa francesa, britânica e americana, que rapidamente apontaram a tortura como questão principal; 3) Os aspectos ideológicos da revolta, que estão relacionados aos direitos do cidadão sob a Constituição de 1891; e 4) As observações exteriores relativas às condições de trabalho do Batalhão Naval antes da segunda rebelião de dezembro, bem como a revelação externa do massacre ocorrido após esse segundo levante.

PALAVRAS CHAVE: Revolta da chibata. Revolta dos marinheiros. Revolta naval de 1910.

ABSTRACT

This paper treats four international dimensions of the Revolta da Chibata: 1) the trip of the Dreadnought Sao Paulo to Lisbon (with Presidente Hermes aboard), during which the Portuguese monarchy was overthrown, providing a model for Brazilian sailors; 2) the reception and interpretation of the revolt by the French, British, and American presses, which quickly saw that the central issue was torture; 3) ideological aspects of the revolt, which focus on the rights of citizens under the constitution of 1891; and 4) foreign observers' favorable impression of the working conditions of Batalhão Naval before the second rebellion in December, and their discovery of a massacre after the second revolt.

KEY-WORDS: Revolt of the whip. Revolt of the sailors. Naval revolt of 1910.

Tenho a honra de estar hoje aqui participando de uma conferência em um momento significativo da história da República Brasileira, a Revolta da Chibata, também conhecida como Revolta dos Marinheiros. Muito já se sabe sobre a rebelião, através de esforços dos que aqui estão e, é claro, Edmar Morel, que escreveu o primeiro estudo importante sobre a Revolta. Vou falar sobre quatro aspectos internacionais da revolta, para os quais minha própria pesquisa pode oferecer novos fatos ou percepções. São eles 1) a viagem do Presidente eleito Hermes a Lisboa em outubro de 1910; 2) o tratamento dado à revolta pela imprensa estrangeira; 3) os aspectos ideológicos da rebelião; e 4) as perspectivas diplomáticas estrangeiras sobre a revolta.

*Lemann Institute for Brazilian Studies, Universidade de Illinois.

Hermes em Lisboa

A instabilidade governamental da República não começou com Hermes da Fonseca, mas surgiu intermitentemente através da primeira década do novo regime. Portanto, para assegurar credores e investidores, Manuel Campos Sales, presidente eleito em 1898, pagara uma visita ceremonial a Londres antes da inauguração. O marechal Hermes da Fonseca continuou sua tradição em 1910, com uma excelente desenvoltura: Após visitar Berlin, Paris e Londres, e ter sido recebido pelo Imperador Alemão Kaiser Wilhelm, o Presidente Fallieres e o Rei George V, ele embarcou no novo Couraçado (tipo Dreadnought) São Paulo, em Cherburgo, em 27 de setembro, antes de sua estada européia final em Lisboa.

A capital portuguesa era de fato um porto de parada frequente de navios de guerra brasileiros. Porém, esses navios também desempenharam um papel no transporte ilegal de imigrantes. O cruzador Bahia, acabado de ser construído como parte do plano de rearmamento naval do Brasil, era um desses navios. Antes de sair de Lisboa em junho de 1910, o Bahia havia aceito a bordo cerca de 70 pessoas sem documentos, inclusive menores de idade portugueses, reservistas militares e possivelmente criminosos. Quinze outros, fugitivos do recrutamento militar, haviam subido a bordo do novo couraçado Minas Gerais, em Ponta Delgada, capital dos Açores, durante a viagem inaugural do navio. De acordo com a embaixada portuguesa no Rio, outros navios de guerra aceitaram "passageiros" portugueses em circunstâncias similares (VILLAÇA, 1910).¹ Passageiros clandestinos em tal quantidade poderia parecer revelar a incompetência dos oficiais. Havia, no entanto, uma explicação muito diferente sobre os "passageiros" portugueses: Os dirigentes navais brasileiros aceitavam estrangeiros para compensar a quantidade cronicamente insuficiente de marinheiros de convés nos novos navios. O capitão de Fragata² do Bahia relatou, na referida viagem, que havia recrutado sessenta homens em Lisboa, que desejavam imigrar para o Brasil (LIMA, 1910).

Tais questões estavam provavelmente longe dos pensamentos do Presidente eleito Hermes quando o São Paulo entrou no porto de Lisboa sob trovejante aplauso no dia '1 de outubro; não havia navio na marinha portuguesa que pudesse ser comparado a ele. O futuro presidente brasileiro era convidado do Rei Manuel II, que, como um Bragança, era membro da mesma família que havia fornecido ao Brasil dois imperadores, regendo em sucessão de 1822 a 1889.

¹Ele cita o Correio da Manhã , Rio, 22 de maio de 1910.

²Capitão de Fragata era o grau exatamente abaixo de Capitão-de-Mar-e-Guerra.

O Século, diário líder de Lisboa, devotou toda a sua primeira página em 1 de outubro à chegada de Hermes. O Mundo fez o mesmo no dia seguinte (O SÉCULO, 1 Out. 1910..1; O MUNDO, 1 Out. 1910..1 e 2 Out. 2..1.). Porém, O Mundo era um jornal republicano, e usou a presença de Hermes para fazer propaganda da República Portuguesa: Vamos repetir o brado, O Mundo escreveu em seu editorial na edição do dia 3 de outubro, “Viva o Presidente Hermes! Viva a República! Viva o Brasil!” (O MUNDO, 3 Out. 1910..1). A “República” em questão não era somente a do Brasil, mas a que os editores esperavam surgir logo em Portugal. Sua oportunidade chegou rapidamente: No mesmo dia em que O Mundo dava as boas vindas a Hermes, um político republicano líder, o médico Miguel Bombarda, foi assassinado, acionando assim uma conspiração republicana que havia sido preparada antecipadamente.

Enquanto isso, às 2 horas da tarde do dia 3 de outubro, Hermes, um convidado no Palácio real de Belém, foi recebido pelo Rei Manuel no Paço das Necessidades. Três horas mais tarde, o Rei subiu a bordo do São Paulo como convidado do Marechal Hermes e o comandante do navio Francisco Marques Pereira e Sousa. Brindes de uísque foram trocados. Manuel fez uma inspeção no couraçado de batalha e assistiu a uma mostra de ginástica realizada pelos marinheiros. Em seguida, recebeu uma saudação de 21 (A LUCTA, 4 Out. 1910..1). Naquela noite, Manuel e sua corte compareceram a um banquete que Hermes lhes ofereceu no Palácio de Belém, realizado naquele local porque a legação brasileira era muito pequena para a ocasião. Logo após o Rei ter formalmente agradecido seu anfitrião brasileiro pela honra, Manuel recebeu uma mensagem de que os distúrbios políticos estavam em andamento em Lisboa. Visivelmente nervoso, ele se desculpou a Hermes e se retirou (FONSECA FILHO, 1961, p. 128-129). De fato, o Rei estava prevendo uma insurreição republicana.

À 1 hora da tarde do dia 4 de outubro, uma revolta estourou em Lisboa e nesta luta oficiais navais e marinheiros portugueses desempenharam um papel líder. Logo que a revolução republicana depôs o monarca Bragança Pedro II no Brasil, agora o mesmo destino aconteceu a seu primo, Manuel II de Portugal, que havia justamente ascendido ao trono em 1908, como resultado do assassinato de seu irmão Carlos I. Diferente de seu ilustre predecessor, Manuel o Venturoso (reinou 1495-1521), Manuel II poderia ser considerado o Desventuroso: Nascido no próprio dia em que a Casa de Bragança foi deposta no Brasil (15 de novembro de 1889), ele agora caiu vítima do mesmo processo em Portugal.

O papel da marinha na revolução republicana, conforme indicado, não se limitou aos dirigentes comissionados. Marinheiros comuns em Lisboa também desempenharam um papel chave nos eventos do dia. O sentimento republicano foi

mais forte entre os homens alistados, sargentos e oficiais navais de níveis mais baixos, de acordo com uma história sobre a revolução (SERRÃO, 1991, p.697-698.).³ De especial importância foram os marinheiros que suplantaram seus superiores nos Quartéis Navais em Alcântara, um subúrbio de Lisboa; enquanto isso, oficiais e homens, lutando lado a lado nos cruzadores Adamastor e São Rafael, bombardearam a residência do Rei, o Paço das Necessidades. Em um terceiro cruzador, o Dom Carlos, com a tripulação revoltada e em uma luta que incluiu uma abordagem liderada por um oficial rebelde, o leal comandante do navio foi morto (O SÉCULO, 5 Out. 1910..1; O MUNDO, 5 Out. 1910..2; A LUCTA, 5 Out. 1910..1-2). O Contra-almirante Carlos Cândido Reis, um oficial rebelde comandando 2.000 marinheiros, estava pronto para atacar o Terreiro do Paço, no centro da cidade onde o Rei estava sendo mantido, mas o assalto mostrou-se desnecessário (O SÉCULO, 5 Out. 1910..1). Mais tarde naquela manhã, no momento em que o movimento revolucionário parecia fadado ao fracasso, o tenente naval Antonio Machado Santos forçou o governo a se render. Assim caiu uma das mais antigas monarquias da Europa: Ela durara quase oito séculos. Assim como os Republicanos que depuseram o Império brasileiro tinham tocado “A Marselhesa” em seu momento de triunfo, o mesmo fizeram suas contrapartes portuguesas vinte e um anos mais tarde.

A Revolução Portuguesa colocou o Presidente brasileiro eleito em uma situação embaralhada. Hermes havia sido o convidado da casa do Rei Manuel, e tinha trocado brindes com ele em dois palácios e no navio São Paulo. No entanto, a nova situação requeria urgentemente uma nova postura. Assim, em 6 de outubro, seguindo a aprovação do Presidente Peçanha, que estava partindo, e o Ministro do Exterior Rio Branco na capital brasileira, o Marechal deu as boas vindas ao Presidente Provisório da República Portuguesa, Teófilo Braga, a bordo do couraçado brasileiro. Brindes de champanha foram trocados (A LUCTA, 4 Out. 1910..1; 7 Out. 1910..1). Somente três dias antes o Rei Manuel havia estado no lugar de Braga no grande navio.

A Revolução Portuguesa tinha começado em parte no Adamastor, um navio que desempenharia um papel em eventos subsequentes na África e possivelmente no Brasil.⁴ (Ele recebeu esse nome de um monstro mítico que aparece no épico nacional português, Os Lusíadas, de Luís de Camões, publicado em 1572.) Os homens, bem como os oficiais do Adamastor, e os de outros navios portugueses, *possivelmente forneceram* um modelo de revolta naval quando o São Paulo estivera em Lisboa seis semanas antes da insurreição de 22 de novembro no Rio de Janeiro.

³Sobre o papel dos marinheiros, ver também a versão dos jornais, mencionada na seguinte nota.
⁴O navio veria ação em Moçambique contra a Marinha alemã em 1916.

O Adamastor veio para a inauguração do Hermes no Rio e seu capitão João Manuel de Carvalho representou formalmente o governo português. Naquela ocasião, os marinheiros portugueses e brasileiros provavelmente se confraternizaram, como pode ter acontecido em Lisboa no início de outubro.

Evidência anedótica nesse sentido é encontrada na semana carioca, Careta:

O marinheiro do Adamastor:

– Mas como foi camarada, aqui na Guanabara?

O marinheiro do S. Paulo:

– Foi [palavra ilegível] o Adamastor com a bandeira da revolução vitoriosa e todos nos lembramos do que vimos no Tejo e logo fizemos coisa igual.

– Então, nós, lá, ficamos entusiasmados com vocês...

– E nós, aqui, entusiasmados com vocês...

Viramos tudo em frege [...] (CARETA, 3 Dez. 1910. n.p.)

Alguns observadores contemporâneos também especularam que havia uma conexão entre as duas revoltas (BRYCE, 1916, p. 396; MARTINS, 1997, p.133).

A Cobertura da Imprensa Estrangeira sobre a Revolta da Chibata

A revolta dos marinheiros no Brasil, que teve início em 22 de novembro, rapidamente chamou a atenção de jornais e revistas líderes na Europa e Estados Unidos, embora a insurreição tivesse que competir com notícias, tais como, a prisão de sufragistas em Londres, a Revolução Mexicana de Francisco Madero contra Porfírio Diaz, e o funeral de Leo Tolstoy.

Primeiramente em discussão estava a natureza da rebelião. Foi ela “política,” envolvendo figuras influentes da política e militares? O governo brasileiro negou repetidamente a acusação, afirmando que a revolta envolveu somente questões dos homens alistados (LE FIGARO, 25 de nov. 1910. p.2; 26 de nov. 1910. p.1-2; O Século, 25 de nov. 1910). O Le Temps em Paris, o New York Times, e James Bryce, o Embaixador britânico para os Estados Unidos, que estava no Rio por ocasião da revolta, concordaram. (LE TEMPS, 26 de nov. 1910..1; NEW YORK TIMES, 26 de nov. 1910..3; BRYCE, 1916..396).⁵ O New York Times e o The Outlook, um influente semanário, ao qual Theodore Roosevelt frequentemente contribuiu, ambos chamaram-na “greve trabalhista” (NEW YORK TIMES, 26 de nov. 1910. p.3; OUTLOOK, 10 de dez. 1910. p.800). Porém, o governo brasileiro foi mais além: Ele convenientemente omitiu a punição corporal de sua lista de injustiças para com os marinheiros, em suas declarações na imprensa estrangeira (LE FIGARO, 25 de nov. 1910. p.2; 26 de nov.

⁵ O Chargé d’Affaires francês também acreditou que a rebelião não fosse política (LACOMBE, 1910).

1910. p.2). Apesar disso, os jornais estrangeiros rapidamente pegaram a questão principal e uma manchete no New York Times de 28 de Nov. de 1910 declarou “Tortura a marinheiros.” O jornal até entrevistou um marinheiro brasileiro, chamado A. Daromes, que disse que havia participado da conspiração no Minas Gerais, mas desertara antes da insurreição. Ele relatou frequentes açoitamentos e trabalho ininterrupto durando 36 horas (NEW YORK TIMES, 28 de nov. 1910. p.3; 6 de dez. 1910. p.11).

Reconhecendo a acusação de brutalidade, um "patriota brasileiro" anônimo em Paris serviu aos preconceitos franceses. Ele escreveu no Le Matin que a revolta naval tinha sido o resultado de crueldades do “militarismo prussiano”, que o exército brasileiro sob a influência germânica havia transmitido à marinha. O mesmo argumento apareceu em Gil Blas.⁶

O dilema sobre o que o governo deveria fazer, uma vez que os marinheiros tinham controle do couraçado, elicitou diferentes opiniões no exterior. O Le Temps argumentou que o governo deveria ter feito a tripulação passar fome —esperando até que o suprimento de carvão, água e comida se exaurisse, porém David Lambuth, uma testemunha ocular americana da rebelião, disse que a tática havia sido tentada, mas falhara. Escrevendo na revista The Independent, de Nova Iorque, Lambuth declarou que o governo tinha enviado uma barcaça de água a Minas Gerais, quando João Cândido ameaçou destruir a Ilha das Cobras, e durante a revolta, o Deodoro tinha levado carvão a Niterói, enquanto guardas locais fugiram (LE TEMPS, 26 de nov. 1910. p.1; LAMBUTH, 1910. p.1431).

Quando o governo cedeu às exigências dos rebeldes, The Spectator, um influente semanário de Londres, reconheceu que Hermes não tinha tido muita escolha, enfrentando a potencial devastação no Rio (THE SPECTATOR, 3 Dez. 1910. p.954). A maioria da imprensa estrangeira concordou. Le Temps especulou que o governo de Hermes temia não terminar logo a revolta poderia tentar elementos descontentes do exército a aderir a ela. Lambuth no The Independent e um escritor anônimo no The Outlook acreditavam que resguardar os dispendiosos Couraçado tinha sido um motivo decisivo e, de fato, esses objetivos estavam no centro da estratégia diplomática Sul-americana de Rio Branco (LE TEMPS, 26 nov. 1910. p.1; OUTLOOK, 10 dez. 1910. p.800; THE SPECTATOR, 3 Dez. 1910. p.954).

Porém, observadores estrangeiros sustentaram com unanimidade que o governo brasileiro tinha sofrido um enorme golpe a seu prestígio. O Le Temps disse que somente a oposição poderia lucrar com a instabilidade que a “solução” de anistia havia

⁶“Patriote Bresilien” no Le Matin, citado em La Vie Maritime, 10 de dez. 1910, 641. Gil Blas 28 de nov. 1910: “Les origines et les causes des troubles au Bresil.”

proporcionado; O The Outlook falou sobre a completa “humilhação e mortificação” do governo; O The Spectator lamentou que a “submissão de tais amotinados [fora]... obtida somente comprando-a”; e outro semanário de Londres, The Nation, disse que os dois Couraçados brasileiros eram agora “algo pior que dois elefantes brancos” (LE TEMPS, 26 nov. 1910. p.1; OUTLOOK, 10 dez. 1910. p.800; THE SPECTATOR, 3 Dez. 1910. p.954; THE NATION, 26 Nov. 1910. p.354).

A censura beirando o ridículo por parte da imprensa estrangeira foi real. A revista americana Current Literature comentou que foi “infame” para os oficiais do navio dominado pelos rebeldes deixarem-se ser “retirados do navio como crianças” (CURRENT LITERATURE, jan. 1911. p.31). O New York Times disse que a rendição do governo fora “infame,” mas, olhando dentro, perguntou em um editorial: E se marinheiros dos EUA ameaçassem destruir Nova Iorque? Certamente oficiais locais pleiteariam junto a Washington não sacrificar sua cidade para a “dignidade do governo” (NEW YORK TIMES, 26 nov. 1910. p.3).

A admiração estrangeira pela organização da revolta e as habilidades conspiratórias dos rebeldes, somadas à simpatia geral pela abolição do chicoteamento, foi ampla e aparentemente unânime. O Chargé d’Affaires dos Estados Unidos achou que os rebeldes se mostraram “competentes em manobrar [os Couraçados] com excepcional habilidade...” (DUDLEY). Em uma era de grande preconceito racial, Le Figaro admirou a precisão dos marinheiros em manobrar os enormes navios de guerra, apesar da falta de oficiais (brancos) (LE FIGARO, 25 nov. 1910. p.2). O Current Literature, baseado na versão de um repórter do Daily Telegraph londrino até disse que os couraçados de batalha foram “melhor manuseados” depois que os oficiais foram obrigados a deixar as embarcações (CURRENT LITERATURE, jan. 1911. p.31). E o adido militar dos EUA para a América do Sul disse que os navios foram manuseados de forma nada menor que maravilhosamente, considerando que os comandantes em todos os casos eram marinheiros...” De fato, ele achou que “os marinheiros tinham sido bem instruídos,” e João Cândido tinha “provado que havia uma excelente habilidade nas fileiras brasileiras” (HAMMOND). Collier’s, uma outra conhecida revista americana, fez a seguinte homenagem: “Sem os oficiais...mil e quinhentos negros manobraram com sucesso os maiores navios de guerra, usaram seus aparatos sem fio e manipularam suas grandes armas. Eles desafiaram o Governo do Brasil e... conseguiram dar ordem ao Presidente” (COLLIER’S, 7 Jan. 1911. p.19).

Algumas reportagens de jornais exageraram as habilidades náuticas dos marinheiros, pois eles só conseguiram observar o manuseio dos navios na baía. O marinheiro rebelde não pôde “navegar,” como foi relatado em alguns jornais, porque a

operação de navios em alto mar envolve habilidades que os marinheiros não possuem. Eles só puderam “governar” os navios movendo-os em águas tranquilas dentro e fora da baía, como bons timoneiros. Da mesma forma, embora tivessem conseguido atirar com grandes canhões dos Couraçados, não tiveram a habilidade de mirá-los com precisão (MARTINS, 1997, p.158; PEREIRA DA CUNHA, 1953, p.40). Entretanto, isso foi suficiente para atingir seus propósitos.

Os líderes argentinos tiveram um especial interesse nos eventos da rebelião naval, uma vez que a Argentina havia seguido a liderança do Brasil na compra de Couraçados -no caso deles, nos Estados Unidos. La Prensa, o principal jornal daquele país, tinha seu próprio correspondente no Rio. O jornal percebeu que o Almirante Farquahar tinha lançado âncora no Rio da Prata para dirigir-se ao Rio de Janeiro, e deu extensa cobertura aos eventos lá. O La Prensa reportou a versão do jornalista brasileiro Júlio Medeiros, de que João Cândido recebera de seus colegas marinheiros as honras de um almirante. Resumiu também reações à insurreição em Londres, Paris, Nova Iorque e Berlin (LA PRENSA, 24 Nov. 1910. p.11; 25 Nov. p.10-11; 26 Nov. p.13; 27 Nov. p.12) Pode-se supor que uma schadenfreude (prazer com a desgraça alheia) tenha predominado entre os estadistas argentinos e oficiais navais ao saberem do infortúnio da marinha brasileira.

O Papel das Ideologias Radicais

Os marinheiros, ou seus líderes, estavam motivados por qualquer ideologia formal? “Ideologia” é um termo difícil de ser definido, mas as ideologias formais radicais que estavam possivelmente disponíveis aos marinheiros brasileiros eram anarquismo (principalmente o de Mikhail Bakunin e Errico Malatesta, este último tendo residido na América do Sul) e o Marxismo. O anarquismo influenciou os grupos trabalhistas no Rio de Janeiro, onde imigrantes portugueses, espanhóis e italianos eram ativos nas associações trabalhistas brasileiras. O Ministro da Marinha Leão, em seu relatório anual ao presidente em 1910, declarou que os marinheiros brasileiros haviam absorvido “idéias subversivas de um libertarianismo mal-entendido”, através de contatos com marinheiros estrangeiros durante seu treinamento na Europa (BRASIL, 1911, p.23).⁷ Mas a retórica e o discurso de anarquistas não aparecem nas declarações no “memorial” dos marinheiros e nos telegramas enviados dos navios rebeldes.

⁷Um oficial naval, Almirante Antônio Álvares Barata (1962, p. 108),, escrevendo quarenta anos mais tarde, menciona especificamente o contato com os marinheiros britânicos em Newcastle, como uma fonte de influência anárquica

O marxismo parece até mais remoto como fonte de inspiração ideológica. Mais uma vez, não há referências a termos como "classe trabalhadora" ou "burguesia" nas manifestações dos rebeldes, e o marxismo quase não teve expressão no Brasil até a formação do Internacional Comunista em 1919.⁸ Os marinheiros em outros locais, no entanto, tinham sido influenciados pelo marxismo, de forma mais famosa na rebelião de 1905 do Couraçado de Batalha Potemkin na cidade de Odessa. Constantine Feldmann, um Social Democrata (marxista), ajudou empurrar a tripulação em ação revolucionária. Os rebeldes levaram o Potemkin a Constanza, na România, onde obtiveram asilo.

A ideologia segue as rotas comerciais e os marinheiros brasileiros tinham viajado amplamente e ouvido falar sobre a revolta do Potemkin. Manuel Gregório de Nascimento, o “comandante” de São Paulo, tinha realmente viajado pelo mundo. O contato com marinheiros russos radicais torna-se mais plausível pelo fato de que trinta e sete que faziam parte da tripulação do Potemkin foram parar em Buenos Aires em setembro de 1908 (HOUGH, 1961, p.190). Francisco Dias Martins, que tinha estado em Buenos Aires em setembro de 1910, em rota do Chile ao Rio de Janeiro, havia se referido ao incidente do Potemkin em sua nota anônima ao Capitão Alberto Durão Coelho: “Lembra a esquadra russa no Báltico” (JORNAL DO COMÉRCIO, 26 Nov. 1910. p.2). Ele havia confundido o Báltico com o Mar Negro, e nada dissera sobre exigências específicas ou aspirações dos rebeldes russos, referindo-se assim ao caso russo como um exemplo de motim bem sucedido contra injustiça.

João Cândido e Dias Martins — se é possível identificar o “Ex-marinheiro” com este último ou pelo menos alguém que conhecia bem Dias — foram os únicos dois participantes na revolta que deixaram qualquer outro testemunho sobre a rebelião e suas referências a ideologia formal são inexistentes. Em sua entrevista para o jornalista Hélio Silva em 1968, no ano precedente à sua morte, João Cândido referiu-se aos grupos de conspiração de marinheiros como “comitês revolucionários,” dando a entender algo mais que uma ação trabalhista. Porém, esta frase pode ter sido algo que Cândido tomara da agitação nas fileiras que precederam o golpe de estado de março de 1964.

⁸ E, mais provavelmente, somente em 1922, quando o Partido Comunista Brasileiro foi fundado.

Novas Perspectivas Sobre a 2a. Rebelião, a Partir dos Arquivos Estrangeiros

Em 28 de novembro, somente dois dias após o término da revolta, o Ministro Naval Leão quebrou seu acordo em não fazer represálias contra os rebeldes e seus simpatizantes: Assinou o decreto 8400, que ilegalmente ignorou o Conselho Disciplinar e permitiu a "exclusão" sistemática e peremptória dos marinheiros da marinha. Em 2 de dezembro, a polícia prendeu oito marinheiros por conspiração, na Rua do Lavradio, perto da base naval da Ilha das Cobras. No dia 4, outros 22 foram presos em Piedade. Noventa e nove homens do Batalhão Naval foram aprisionados no dia 6 (PEREIRA DA CUNHA, 1953, p.99-100).⁹ Dois dias mais tarde, a marinha começou ao processo de demissão de marinheiros, nome por nome, inclusive o assassino de Batista das Neves. No mesmo dia, Dias Martins — que, talvez prevendo uma severa sanção, já havia requerido baixa — estava entre os excluídos fora de serviço no Bahia.

Essas medidas, no todo ou em parte, constituíram uma provocação deliberada do governo? Nenhum registro remanescente estabelece tal fato. O governo pode ou não ter preparado tal armadilha. No entanto, dado o antagonismo mútuo entre os oficiais e os homens, o sucesso da primeira rebelião, e a quebra de disciplina nos navios principais, as autoridades tinham toda a razão em prever, e planejar a repressão duma segunda insurreição. Há pouca necessidade de se procurar uma prova conclusiva duma provocação; tal evento estava na lógica da situação. Parece provável que o Presidente Hermes atendeu à sugestão implícita de Rio Branco de que o governo podia imitar Pitt the Younger, que havia esmagado a segunda rebelião na marinha britânica em 1797.

Mesmo que as autoridades pretendessem provocar uma segunda insurreição através de despedidas caso por caso, sua finalidade imediata era obviamente purgar a marinha de rebeldes potenciais, começando com os que eram mais suspeitos. De qualquer modo, tais eventos não produziram uma reação entre as tripulações que tinham se rebelado em novembro. Ao invés disso, foram os marinheiros do cruzador Rio Grande do Sul, o navio irmão do Bahia, que se rebelaram na noite de 9 de dezembro, o dia seguinte ao que as tripulações do Minas e do Bahia haviam sido purgadas. O capitão do Rio Grande, Pedro Max de Frontin, no entanto, foi prevenido sobre a revolta, e passou a informação para cima, na cadeia de comando. Mas o chefe geral de pessoal da marinha ignorou o relatório, dando origem à suspeita de que o governo desejava a ocorrência de uma segunda rebelião (ARIAS NETO, 2001, p.282).

⁹ O autor participou da supressão da rebelião no Rio Grande do Sul, anotado abaixo.

Pelo menos um historiador pensa que a segunda insurreição foi a resposta às condições insuportáveis de trabalho e de vida, mas o attaché militar dos Estados Unidos, baseado em uma inspeção do quartel poucos dias antes da rebelião, chegou a uma conclusão diferente (MAESTRI, 2000, p.98). Lieutenant John S. Hammond¹⁰, attaché militar dos EUA para a América do Sul, foi o convidado do Comandante do Batalhão Naval, Francisco Marques da Rocha, em 5 de dezembro. Ele encontrou os homens limpos e com aparência “elegante... Os alojamentos encontravam-se imaculadamente bem cuidados.” Os soldados tinham recebido boa alimentação, novos rifles e equipamento moderno. A reclamação do Marquês da Rocha a Hammond, de que os “homens estavam contentes, a disciplina excelente, e a fé do batalhão... em seus oficiais” era, no parecer do oficial americano, “muito verossímil” (UNITED STATES, 1910, p. 3).

Uma vez eclodida a rebelião, o exército usou todas as suas peças bem posicionadas no campo para forçar os rebeldes a se submeterem. E continuou a bombardear o forte durante várias horas depois que os amotinados haviam levantado a bandeira branca. O ataque prolongado pode ter tido a finalidade de forçar o congresso a aprovar o estado de sítio (MOREL, 1979, p.172). Quando o exército tomou posse do forte, dezessete horas após o início da revolta, as perdas do lado dos rebeldes incluíram 23 mortos e 18 feridos (MARTINS, 1997, p.177). Em resultado do bombardeio, o forte ficou em ruínas, e a casa do comandante foi destruída.

Mais violência se seguiu: O massacre após a rendição -- não mencionado nas fontes brasileiras -- foi relatado por um oficial britânico e passado ao Chargé d`Affaires americano em Buenos Aires:

Ontem à noite, os amotinados saíram dos esconderijos [na Ilha das Cobras], onde se protegeram do tiroteio, e se renderam. Certo número foi imediatamente alvejado, de nossos navios dois puderam ser vistos sendo levados a bordo por um dos homens de guerra brasileiros [o Floriano?] e então foi morto a tiro no convés. (DUDLEY..3).¹¹

Houve também perdas em terra, inclusive de civis. O Conselho de Investigação da marinha realizou uma audiência sobre a insurreição do Batalhão Naval. Ele determinou que os líderes da rebelião tinham sido o Sargento Benedito Rodrigues de Oliveira, auxiliado pelo Cabo Jesuino Leme de Carvalho, conhecido no quartel como “Piaba.” Eles tiveram o apoio de cerca de 45 outros sargentos e cabos (PEREIRA DA

¹⁰ HAMMOND, Lt. John S. Mutiny of the Brazilian Sailors, 1910. United States Office Of Naval Intelligence. Register 799, number 70, NARA.

¹¹ Cópia da carta ao Secretário de Estado (United States Office of Naval Intelligence) Chargé Robert Woods Bliss, enviada a Dudley, inclusive um extrato de uma carta de um oficial naval britânico. (NARA).

CUNHA, 1953, p.106; MAESTRI, 2000, p.98; MARTINS, 1997, p.176). Diferente das deliberações do Conselho sobre a primeira insurreição, os registros da investigação do Conselho sobre a insurreição do Batalhão Naval parece ter desaparecido, um fato que levanta especulação sobre a possibilidade de ter havido uma supressão da verdade (ARIAS NETO, 2001, p.9).

Em conclusão, apresentei vários aspectos da percepção internacional, assim como possíveis influências estrangeiras na Revolta da Chibata. Zachary Morgan discorrerá mais sobre a experiência dos marinheiros na Inglaterra, e Mário Maestri falará mais sobre as dimensões internacionais da rebelião. Espero que outros estudiosos investiguem os arquivos políticos e diplomáticos da Argentina e os arquivos diplomáticos e os jornais da Alemanha. Claramente, há mais para ser conhecido e dito.

Referências

- ÁLVARES BARATA, Antão. Revolta dos Marinheiros em 1910. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 82, n. 4-6, p. 103-117, abr.-jun. 1962.
- ARIAS NETO, José Miguel. *Em busca da cidadania: Praças da Armada Nacional 1867-1910*. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- BRASIL. Ministério Da Marinha. Joaquim Marques Baptista de Leão. *Relatório apresentado ao Pres. Da República dos Estados Unidos do Brazil, em Maio de 1911*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911.
- BRYCE, James. *South America: Observations and Impressions*. 2. ed. New York: Macmillan, 1916.
- CAPANEMA, Silvia. *Nous, marins, citoyens brésiliens et républicains: identités, modernité et mémoire de la révolte des matelots de 1910*. 2009. Tese (Doutorado) - l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2009.
- FONSECA FILHO, Hermes da. *Marechal Hermes: Dados para uma biografia*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1961.
- HOUGH, Richard. *The Potemkin Mutiny*. New York: Pantheon, 1961.
- LACOMBE, Chargé to Stéphen Pichon, Ministre français des Affaires étrangères. *Petrop*, 28 Nov 1910.
- LAMBUTH, David. The Naval Comedy and Peace Policies in Brazil. *The Independent*. New York, v. 22, p. 1431, Dez. 1910.
- LIMA, Capitão de Fragata Carlos Pereira. Relatório de viagem. Correspondência, Serviço de Documentação da Marinha, 2 jul. 1910. In: CAPANEMA, Silvia. *Nous, marins, citoyens brésiliens et républicains: identités, modernité et mémoire de la révolte des matelots de 1910*. 2009. Tese (Doutorado) - l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2009.

MAESTRI, Mário. *Cisnes negros: uma história da revolta da chibata*. São Paulo: Moderna, 2000.

MARTINS, Hélio Leoncio. A revolta dos marinheiros – 1910. In: BRASIL. Ministério da Marinha. *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1997. v. 5, tomo 1 B.

MOREL, Edmar. *A revolta da chibata*. 3^a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

PEREIRA DA CUNHA, Heitor. *A revolta da esquadra brasileira em novembro e dezembro de 1910*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1953. (re-publicada de *Revista Marítima Brasileira*, Outubro-Dezembro, 1949).

SERRÃO, Joel.; OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. *Nova história de Portugal: da monarquia a república*. Lisboa: Presença, 1991. v.11

UNITED STATES. Office of Naval Intelligence. Register 799: Brazilian Naval Revolt, 1910. n. 76. The revolt of the Naval Battalion (Marine Infantry) on the Ilha das Cobras, RJ December 9, 1910.

VILLAÇA, Antonio Eduardo. *Carta ao Conde de Salir. Arquivo do Ministério de Negócios Estrangeiros*. 25 Jun. 1910.

PERIÓDICOS

Careta (Rio de Janeiro)
Collier's (New York)
Current Literature (New York)
Gil Blas (Paris)
Jornal do Comércio (Rio de Janeiro)
La Prensa (Buenos Aires)
Le Figaro (Paris)
Le Matin (Paris)
Le Temps (Paris)
Le Vie Maritime (Paris)
A Lucta (Lisbon)
New York Times (New York)
O Mundo (Lisbon)
O Seculo (Lisbon)
Outlook (New York)
The Independent (New York)
The Nation (London)
The Spectator (London)
The Times (London)